

## ***A Educação Moral e Cívica no Brasil durante a ditadura: poder e resistências***

### ***Moral and Civic Education in Brazil during the dictatorship: power and resistance***

**Amanda Marques de Carvalho Gondim**

e-mail: [amcgondim@gmail.com](mailto:amcgondim@gmail.com)

*Universidade Federal de Pernambuco. Brasil*

**Alexsandro Barbosa Da Costa**

e-mail: [leque.costa@hotmail.com](mailto:leque.costa@hotmail.com)

*Universidade Federal de Pernambuco. Brasil*

**Resumo:** O presente artigo trata da presença do poder governamental brasileiro por meio da criação da Educação Moral e Cívica (EMC) no Brasil e da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), órgão legitimador da EMC e as possíveis resistências no contexto de sala de aula. Criada como disciplina e prática educativa, tinha por principal objetivo a manutenção das «tradições nacionais», tendo em vista a formação de corpos obedientes e incontestes do modelo político adotado pelo governo. Como objeto de estudo, foram escolhidas duas escolas de Pernambuco — PE, estado conhecido por suas ações de resistências a governos autoritários. Em ambas foram verificadas as maneiras como o poder buscava se instituir e os mecanismos de relutância dos sujeitos ao sistema imposto. O método adotado foi a História Oral, por meio de entrevistas a ex-alunos e ex-professores(as) das duas instituições. A partir da análise de seus discursos, buscamos identificar possíveis mecanismos utilizados em sala de aula, para contrapor à imposição do governo acerca dos conteúdos a serem trabalhados pela EMC durante o período ditatorial. Ao final, foram percebidas que, em dado contexto escolar, o poder permitiu ou não maior resistência ao modelo pedagógico imposto a partir de uma dada compreensão do que se entendia por moral e civismo na sociedade brasileira daquele momento repressor.

**Palavras-chave:** educação moral e cívica; poder; história oral; história do Brasil; ditadura.

**Abstract:** This article deals with the presence of Brazilian governmental power through the creation of Moral and Civic Education (EMC) in Brazil and the National Commission of Morals and

Citizenship (CNMC), the legitimating body of EMC and the possible resistances in the classroom context. Created as a discipline and educational practice, its main objective was to maintain «national traditions», in view of the formation of obedient and uncontested bodies of the political model adopted by the government. As object of study, two schools of Pernambuco — PE were chosen, a state known for its actions of resistance to authoritarian governments. In both, the ways in which power sought to establish itself and the mechanisms of reluctance of subjects to the imposed system were verified. The method adopted was oral history, through interviews with ex-students and former teachers of both institutions. Based on the analysis of their speeches, we sought to identify possible mechanisms used in the classroom to counteract the government's imposition on the contents to be worked by EMC during the dictatorial period. In the end, it was perceived that, in a school context, power allowed or not greater resistance to the pedagogical model imposed from a given understanding of what was understood by morality and civility in the Brazilian society of that repressive moment.

**Keywords:** moral and civic education; power; oral history; history of Brazil; dictatorship.

Recibido / Received: 09/02/2017

Aceptado / Accepted: 06/06/2017

Durante duas décadas o governo do Brasil foi palco para o revezamento de cinco generais das Forças Armada, e se pautou em termos educacionais pela repressão, privatização do ensino, exclusão de boa parcela das classes populares do ensino elementar de boa qualidade, tecnicismo pedagógico e desmobilização do magistério através de abundante e confusa legislação educacional (Oliveira & Barroso Filho, 2006, p. 04).

## 1. Introdução

O período compreendido pela ditadura civil-militar no Brasil ainda nos dias de hoje é marcado por algumas interpretações divergentes. Iniciado no ano de 1964 e findo em 1985, mesmo entre historiadores não encontra consenso; apesar do distanciamento temporal de mais de 50 anos de seu início, muitos dos que escrevem sobre aquele período foram personagens e possuem relação direta ou indireta com aquele momento.

Rocha (2015), que analisou livros didáticos de História referentes ao ano de 2011 identificou que, mesmo reestabelecida a democracia, a maneira como o período é contado ainda encontra lacunas e incongruências. Considera o início dos anos 2000 como um contexto histórico ainda de muita proximidade e, portanto, «polêmica e ainda impactada pela experiência da própria ditadura» (Rocha, 2015, p. 116). Ainda assim, achamos ser possível, por meio do uso das fontes disponíveis, ou de sua criação, como o artigo vem apresentar, realizar algumas inferências acerca do tema e sua influência na educação.

Entende-se que os militares, como governantes, utilizavam um determinado discurso para, através de diversos mecanismos como a educação, produzirem verdades<sup>1</sup> sobre a sua maneira de liderar o país e de tal forma ampliar as possibilidades

---

<sup>1</sup> Aqui conceituada pelo que Foucault (2008) dizia como vontade de verdade que se apontava discursivamente como verdade.

de exercer o poder perante a sociedade brasileira. Concordando que o sistema educacional é uma maneira utilizada pelos governos para o desenvolvimento e fortalecimento de variados tipos de enunciados, os militares buscaram intervir na forma de educar os brasileiros. Assim, «o discurso não é simplesmente aquilo que traduz lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que e pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar» (Foucault, 2008, p. 10).

A iniciativa militar de controle ocasionou modificações diversas no sistema educacional brasileiro como um todo. Como consequência, percebe-se a iniciativa de resistência mediante as alterações realizadas pelo governo ditatorial e que não encontraram aceitação em alguns grupos da sociedade, principalmente no âmbito da educação escolar. Vê-se a escola como espaço de disputa de interesses e finalidades sociais constituídos pelos diversos personagens ali presentes.

Algumas formas de resistência tomaram maiores proporções quando a sociedade começou a questionar o poder instituído a partir da realização de greves, denúncias estudantis e demais críticas ao regime por meio dos jornais, rádio e TV. Essas manifestações foram movidas em protesto às arbitrariedades realizadas pelo governo e agrupando pessoas que verificavam o aspecto antidemocrático do governo. E assim, através da força coletiva começava a existir uma alternativa de luta contra as ações ditatoriais, combatendo atitudes repressoras exercidas pelo Estado sobre a população, acirrando cada vez mais as desavenças entre militares repressores e grupos civis que lutavam por melhorias (Silva Filho, 2010).

Foi nesse contexto que se criou a Educação Moral e Cívica (EMC) como disciplina e prática educativa a ser implantada em todas as instituições de ensino do Brasil e em todos os níveis e modalidades, através do Decreto nº 869, de 12 de setembro de 1969. Um órgão nacional foi gestado a partir desse decreto, com o objetivo precípua de fazer valer o que nele constava; desse modo, a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) foi criada no Brasil no ano de 1969, no período do governo Médici, auge do governo militar.

Regulamentada pelo Decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971, apresentava a EMC como disciplina e prática educativa de caráter obrigatório. Afirmamos que se apoiava nas pretensões governamentais direcionadas à população brasileira de manutenção dos militares no poder, governo o Estado brasileiro. Assim, buscava-se controlar as emoções das pessoas, principalmente a dos jovens, cuja principal característica seria a do questionamento e contestação da ordem vigente. Portanto, elaborar uma formação voltada para a moral e o civismo significava «conter os ânimos» da parcela da população que poderia questionar o regime ora implantado.

Deste modo, as finalidades da EMC seriam: a preservação do espírito religioso; o fortalecimento da unidade nacional; a dedicação à família e à comunidade; a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros, com reconhecimento da organização sócio-política e econômica do país; além do preparo do cidadão para exercício das atividades cívicas e da obediência à lei. Em suma, seria a produção de corpos obedientes e incontestes dos modelos político e econômico adotado pelo governo brasileiro.

Para isso, foi construída uma figuração específica para atingir a esses objetivos. A CNMC possuía em seu regimento interno os elementos para a execução exitosa a qual ela foi criada. Subordinava-se diretamente ao Ministro da Educação e Cultura,

demonstrando uma estreita relação com o poder político de formação educacional. Seu poder continha doze competências, dentre elas a de implantar e manter a «doutrina» de EMC por meio da publicação de livros e demais materiais de suporte à formação educacional, além da expedição de instruções, conclusões e pareceres que visassem o cumprimento do Decreto-lei que instituiu a EMC.

Formado por dez órgãos, a estrutura da CNMC compreendia uma rede burocrática que servia para direcionar e fiscalizar nas instituições sociais, educacionais ou não, a veiculação do que se entendia por moralidade e civismo brasileiros. Cada órgão possuía uma competência específica, cabendo aos seus representantes o lugar de sujeito de preservação do modelo social existente no governo militar. Havia, portanto, um setor responsável pela implantação e manutenção da doutrina, de currículos e programas básicos e exame de livros didáticos e um responsável pela classificação desses livros didáticos.

Há no Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ) um índice de livros apreendidos entre os anos de 1933 e 1983. O período correspondente à ditadura militar (1964-1985) é que possui maior catalogação desses livros, compreendendo uma espécie de *index* do que não podia ser lido naquela época. A CNMC contribuiu com esse *index*, emitindo pareceres desfavoráveis à veiculação e utilização desses materiais em salas de aula.

Um dos livros apreendidos tinha por título *Pequena enciclopédia de moral e civismo*<sup>2</sup>, escrita pelo Pe. Fernando Bastos de Ávila<sup>3</sup>. Ele era professor na PUC-Rio<sup>4</sup> e escreveu a obra, que foi publicada pela Campanha Nacional de Material de Ensino, do Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação. O livro passou a circular em 1967, portanto, dois anos antes da criação da CNMC e da EMC. Encontra-se na coleção de livros apreendidos, certamente após 1969, quando a CNMC surgiu com poderes para dizer o que poderia ou não ser lido e, por motivo não sabido, identificou a obra como imprópria.

Outra obra considerada imprópria pela CNMC foi a de Nelson Werneck Sodré, sob o título *História militar do Brasil*. Notadamente marxista, teve um parecer que desaconselhava a difusão de seu livro, por ser uma «obra de fundo inteiramente político, expondo pontos de vista em grande parte negativos»<sup>5</sup>. Qualquer dado que fugisse à exaltação das Forças Armadas Brasileiras como instrumento de fomento e manutenção da democracia brasileira era automaticamente tido como um insulto e descartado como uma «ameaça».

---

<sup>2</sup> Essa obra deveria ser o livro-texto da disciplina de Moral e Civismo, introduzido no currículo das escolas secundárias no ano de 1965; elaborado em conjunto com uma equipe de especialistas, foi considerado subversivo e, por isso, apreendido.

<sup>3</sup> Pe. Fernando Bastos de Ávila era padre jesuíta. Nascido no Rio de Janeiro – RJ, em 1918 e faleceu em 2010, em Belo Horizonte – MG. Fez doutorado em Ciências Políticas na Universidade de Louvain (Bélgica) e, ao voltar ao Brasil, em 1954, passou a fazer parte do corpo docente da PUC-Rio, criando a Escola de Sociologia, Política e Economia e exercendo o cargo de Diretor até 1967. Foi nomeado vice-reitor em 1964.

<sup>4</sup> Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> Trecho do parecer da CNMC em Informativo Circular do MEC em 12 de maio de 1971, encontrado no Arquivo Público Nacional.

O poder governamental era exercido nas escolas de várias maneiras. Existia a CNMC, órgão do governo federal, suas representações nos estados e as Comissões de Moral e Civismo (COMOCI). Além disso, a autoridade do diretor da escola, agindo em muitos momentos como a personificação do Estado no cotidiano escolar e, portanto, representando os seus interesses. Em 7 de fevereiro de 1972, foram publicadas no Diário Oficial da União as diretrizes para a instauração de Centros Cívicos Escolares (CCE) e Centros Superiores de Civismo (CSC), elaboradas pela CNMC; embora tenham sido questionadas, os fundamentos para a criação dos centros constavam já no Decreto-lei nº 68.065, de 1971.

Os CCE e os CSC seriam para substituir os grêmios e centros acadêmicos estudantis, tendo bases e atividades bem específicas à manutenção da realidade social e política vigente. Agia, desse modo, como uma entidade de representação dos interesses dos(as) alunos(as), mas com a vigilância e participação direta do diretor da escola.

O objetivo deste artigo é analisar o exercício do poder na educação escolar nos anos de ditadura militar, por meio da CNMC e suas resistências, tendo por exemplos duas escolas brasileiras. Consoante a proximidade temporal, a opção da História Oral para o aspecto metodológico nos pareceu muito pertinente por concordarmos com Portelli quando afirma ser a História Oral uma ciência e arte do indivíduo: «Embora diga respeito – assim como a Sociologia e a Antropologia – a padrões culturais, estruturais sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma» (1997, p. 3).

A história pode ser vista como um espaço democrático de atuação, sendo possível ouvir as diversas vozes que compõem a sociedade. Independe de classe social, idade, sexo, cor da pele e outros aspectos utilizados para diferenciar os indivíduos. Tal abordagem busca fazer com que identifiquemos nas pessoas fontes de informações que podem, a partir de seus relatos de vida, dinamizar, elucidar e valorizar ainda mais determinados acontecimentos históricos, examinando-os por vários ângulos.

[...] quando buscamos fontes orais, as buscamos em primeiro lugar porque na oralidade encontramos a forma de comunicar específica de todos os que estão excluídos, marginalizados, na mídia e no discurso público. Buscamos fontes orais porque queremos que essas vozes – que, sim, existem, porém ninguém as escuta, ou pouco as escuta – tenham acesso à esfera pública, ao discurso público [...] (Portelli, 2010, p. 3).

Este método apresenta-se como uma fonte em detalhes, capaz de expor informações mais variadas que as fornecidas por documentos escritos, como também faz surgir histórias que, de nenhuma outra forma, poderiam chegar até nós «Não se trata de trabalhar com papéis, ou com coisas, ou com animais, mas de trabalhar com seres humanos, com cidadãos, com nossos iguais» (Portelli, 2010, p. 2); logo, essa metodologia nos permite ampliar as possibilidades de conhecermos

fatos acontecidos de maneira relevante, ao admitir que olhares diversos dos indivíduos que compõem um meio social sejam analisados de forma inclusiva.

Portanto, encontramos nessa metodologia uma maneira de entender, de modo variado, ou seja, não só através de documentos escritos, a forma como a disciplina de Educação Moral e Cívica foi ministrada no período em questão. Assim, lidamos com a escuta de pessoas que, na época, por motivos os mais multifacetados possíveis, podem ou não ter compactuado com os objetivos propostos pelo regime militar, na medida em que a História Oral, «é um trabalho de relação e, como todos os trabalhos de relação, levanta questões políticas e questões éticas» (Portelli, 2010, p. 3).

Iremos agora abordar sobre duas escolas do Brasil, onde o poder e a vigilância eram constantes pelo seu histórico reacionário. O Ginásio Pernambucano (GP)<sup>6</sup> e a Escola Sizenando Silveira (SS)<sup>7</sup> atendiam no período apresentado alunos(as) de 1º e 2º graus. Os frequentadores das escolas faziam parte das classes alta e média da sociedade pernambucana, o que levava a uma grande disputa na qual as famílias queriam matricular seus filhos. Assim, havia uma observação constante por parte do governo nessas escolas, direcionando e fiscalizando as atividades realizadas.

Para isto, trabalhamos com o número de 02 pessoas por escola, 04 no total. Em cada instituição buscamos entrevistar um ex-professor de EMC<sup>8</sup> e um ex-aluno. Todas as pessoas entrevistadas participaram do contexto educacional durante a ditadura militar, como mostram as tabelas abaixo:

**Escola Ginásio Pernambucano**

<b>Entrevistados</b>	<b>Relação com a disciplina</b>	<b>Relação com a escola</b>
Lucilo de Medeiros Dou- rado Varejão Data de nascimento: 24/09/1946	Ex-professor de Educação Moral e Cívica.	Professor durante a dita- dura militar.
Marcos Ferreira Pedrosa Data de nascimento: 19/06/1955	Ex-aluno da disciplina de Educação Moral e Cívica.	Aluno durante a ditadura militar. Ex-professor e ex- diretor da escola.

<sup>6</sup> O GP foi fundado em 1825, inicialmente sob o nome de Liceu Provincial de Pernambuco. Tendo mudado várias vezes de nome e de local, situa-se, desde 1866, na Rua da Aurora, no Recife, capital do Estado de Pernambuco.

<sup>7</sup> Fundado em 1963 e chamado inicialmente de Colégio Estadual do Recife, o Sizenando Silveira passa a receber este nome dentro do contexto da ditadura militar brasileira, no ano de 1972. A mesma encontra-se situada desde os anos iniciais de sua existência, entre a Avenida Mario Melo e o Parque 13 de Maio, no bairro de Santo Amaro, no Recife capital pernambucana.

<sup>8</sup> A Educação Moral e Cívica (EMC) possuía diferentes nomenclaturas, conforme o nível de escolaridade. Assim, para o 1º grau, era utilizado o termo EMC; para o 2º grau, Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e, no nível superior, Estudos de Problemas Brasileiros (EPB). Nesse artigo será aplicado o termo EMC, pois a abordagem realizada para as entrevistas foi direcionada ao período no qual alunos(as) e professores(as) conviveram no 1º grau.

**Escola Sizenando Silveira**

<b>Entrevistados</b>	<b>Relação com a disciplina</b>	<b>Relação com a escola</b>
Maria José Barbosa Data de nascimento: 06/11/1938	Ex-professora de Educação Moral e Cívica.	Professora durante a ditadura militar.
Elimar da Silva Alcoforado Data de nascimento: 07/06/1965	Ex-aluno da disciplina de Educação Moral e Cívica.	Aluno e presidente do Centro Cívico da escola durante a ditadura militar.

Tais personagens<sup>9</sup> ajudaram na compreensão do tratamento dado à disciplina no período ditatorial em tais ambientes educacionais. Para localizarmos estas pessoas, buscamos referências pessoais nas escolas e nos órgãos responsáveis por gerenciar o sistema educacional pernambucano.

Quando encontrados, foi realizado um primeiro contato com o objetivo de esclarecer o propósito da pesquisa e de solicitar uma entrevista. Tendo cuidado ético e metodológico, os(as) entrevistados(as) são vistos na condição de sujeitos de um projeto compartilhado, realizado inclusive na interação entre entrevistador(a) e entrevistado(a), descartando a possibilidade de serem tratados como meros objetos em um projeto de investigação (Portelli, 2010, p. 3).

Sendo assim, ao realizarmos as entrevistas, fomos a campo com o entendimento da importância de nos relacionarmos bem com os(as) entrevistados(as), buscando sempre a constituição de uma confiança mútua a partir do primeiro contato com os mesmos, na medida em que eram integrantes e essenciais ao desenvolvimento da pesquisa. As mesmas foram realizadas entre os meses de julho e agosto de 2015, em locais e horários escolhidos pelos participantes, que emitiram suas percepções fazendo uso de suas memórias.

Portanto, trata-se de experiências vivenciadas pelos sujeitos e por eles interpretadas tanto por lembranças, quanto pela contextualização do momento presente ao da realização das entrevistas. Rocha (2015) apresenta que o período atualmente denominado como ditadura não era indicado como tal pelos livros didáticos de História pelo menos até a década de 1980. Assim, o sentido dado àquele período pelos que participaram pode ser entendido tanto pela proibição do uso da palavra explícita que denotava quanto pela compreensão até certo ponto de que não estava de fato a se experienciar uma ditadura.

Os dados obtidos foram examinados a partir da ótica da análise de discurso, que consiste numa metodologia na qual «procura-se compreender a língua fazendo sentido enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história» (Orlandi, 2001, p. 15). Desse modo, é possível contribuir para a compreensão da relação do homem e sua habilidade e sua significação, algo que o transforma em um ser diferenciado perante os demais (Orlandi, 2001). Foi a partir dessa perspectiva que a análise de discurso nos permitiu identificar, fazendo uso da compreensão de quais pensamentos simbólicos/ideológicos

<sup>9</sup> Todos os personagens entrevistados permitiram o uso de seus nomes e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

estavam presentes nos discursos e quais os sentidos circulantes historicamente que influenciaram as falas. Ainda conforme Orlandi:

A análise de discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana (2001, p. 15).

Logo, com a análise do discurso, buscamos identificar o «real» do sentido exposto nos discursos obtidos, pois este se define como um efeito de sentido entre locutores. Portanto, buscamos examinar como a língua e a história influenciaram a constituição dos sujeitos a partir da significação que os mesmos deram ao desenvolvimento da disciplina de EMC no período analisado. Para isso, ficamos atentos às condições de produção de tais dizeres, buscando ir além do que se dizia, isto é, procurando ir além daquilo que se apresentava como evidente, identificando não só o contexto imediato da enunciação, mas atrelando este ao contexto sócio histórico.

Assim, buscamos analisar, através do uso da História Oral e da análise discursiva, perante os dizeres de alguns personagens que fizeram parte do contexto educacional de tais instituições a maneira como cada um deles ensinou e aprendeu os conteúdos da Educação Moral e Cívica.

## **2. A EMC no Ginásio Pernambucano (GP)**

Passemos a analisar as falas dos personagens anteriormente citados, iniciando pelo que disse M. F. Pedrosa (2015):

Com relação à Educação Moral e Cívica, a direção deixava muito clara de que aquele gesto que a gente tinha de ir no pátio cantar o Hino Nacional, ficar em ordem, organizar e tal, isso significava o alcance das metas da escola, de uma escola que funcionava com disciplina, com organização e de nós alcançarmos o êxito de termos uma juventude saudável com o comportamento de cada um. Então, era o forjamento da nossa moralidade, da noção de mundo, esse comportamento deveria estar montado, o fato de nos educarmos, estarmos aptos para o trabalho, de sermos úteis às nossas famílias e de sermos leais à nossa pátria, não é? A grandeza de um país que está sendo construído agora sem os comunistas, sem os terroristas, sem a esquerda, apesar de se tolerar a oposição, no caso o MDB, consentida. Então, nós deveríamos ser exemplares no falar, no agir, nas músicas, deveríamos cultivar o instrumento pátria, era isso que se fazia.

[...] Aquela escola que não fizesse o que o Ginásio Pernambucano estava fazendo, no caso era primeiro, todo mundo tinha que saber o Hino Nacional na ponta da língua, todo mundo tinha que cantar o Hino Nacional, não é? O país também tinha que ser sempre, vou falar bem do país tá certo, e falar bem do governo. Então, fugiu disso você tinha uma COMOCI, o COMOCI,

uma Comissão de Moral e Civismo Estadual que controlava como o ensino de Educação Moral e Cívica estava sendo apresentado, mas no Ginásio Pernambucano era controlado diretamente pelo Doutor Soutto, pelo diretor.

Essa fala de um ex-aluno da instituição apresenta dizeres movidos por sua formação em Filosofia, na qual mantém um nível de questionamento característico constituído ao longo de sua vida e influenciado por membros de sua família, que foram vinculados ao MDB<sup>10</sup>. Assim, a percepção daquele período por M. F. Pedrosa está imbuída do sentimento de discordância com o modelo político brasileiro daquele momento e é possível identificar em sua fala a atuação do poder governamental, personificado no diretor da escola. Conforme Orlandi:

O sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas (2001, p. 53).

Na visão do ex-aluno M. F. Pedrosa, o governo militar aceitava a oposição do MDB e exigia que se falasse bem do país e do governo. Mas considera que as imposições do governo no tocante à EMC consistiam em saber o hino nacional, além de se preparar para o trabalho, ser útil à família e ser leal à pátria. Esses aspectos são interpretados por ele como intimamente ligados à ditadura; na condição de parâmetros discursivos e comportamentais junto aos alunos através de atividades controladas por parte do diretor da instituição, que acabava por ser o centro de transmissão do poder governamental dentro da escola. Segundo Foucault (2005a), é na rede que o poder funciona e se exerce, que o indivíduo se faz um meio propício a difundi-lo. A respeito do diretor Soutto, o ex-professor L. M. D. Varejão (2015) lembra da seguinte maneira:

O Soutto Neto, ele era uma grande figura humana, não é? Era um sujeito que gozava do grande prestígio do poder, não é? Muitas vezes promovia até algumas reuniões, é, mas nunca foram reuniões, vamos dizer, pra discussões ideológicas, era mais, a gente via uma maneira que ele tinha de mostrar, que ele tinha relacionamento com o poder da época, não é? Com as autoridades de então e, mas isso, é, ele gostava muito de cobrar a frequência dos professores, o que é normal, não é? Uma certa disciplina da escola. Mas sempre foi um sujeito altamente tratável e nunca vi nada de perseguição, tanto é que ele foi diretor durante muitos anos e nunca houve dentro do corpo discente ou docente, uma movimentação pra tirá-lo ou pra acusá-lo de qualquer outra coisa, não é? Era um sujeito que sempre foi muito afável, muito bonachão, muito boa vida, boa

---

<sup>10</sup> Movimento Democrático Brasileiro. Quando os militares assumiram o poder no Brasil, a partir de 1964, foram sancionadas leis restritivas de partidos políticos. Assim, só eram permitidos dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), considerada da situação, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), considerado de oposição. A este último confluíram pessoas das mais diversas vertentes políticas, que se colocavam contra a ditadura.

conversa e pronto, apenas. Ele era médico e era também professor de Química, diretor da escola e que gozava de um certo prestígio político, já por origem exatamente da família e o relacionamento. Ele tinha o prazer e a vaidade de ser o diretor do Colégio estadual, não é? Mas nunca houve nenhuma solicitação ou pressão por parte dele ou de qualquer outro.

A partir destas colocações percebe-se o respeito do ex-professor pela pessoa do diretor, que o mesmo se fazia respeitar a partir de seu posicionamento enquanto ocupante do maior cargo dentro da escola, como também através do prestígio que possuía junto aos governantes daquele período, ou seja, a sua posição dentro da sociedade da época e o poder por ele exercido aparentava cobrar dele uma postura de autoridade perante todas as pessoas do Ginásio Pernambucano. O ex-professor identificava nele um diretor exercendo sua função e não afirma algum tipo de «pressão» que tenha sofrido, apesar do período caracterizado pela repressão e fiscalização. De acordo com Foucault: «O poder não é substancialmente identificado com um indivíduo que o possuiria ou que o exerceria devido ao seu nascimento; ele torna-se uma maquinaria de que ninguém é titular. Logicamente, nesta máquina ninguém ocupa o mesmo lugar, alguns lugares são preponderantes e permitem produzir efeitos de supremacia» (2005a, p. 121).

O poder e o controle exercidos por aquele gestor de forma mais diretiva junto à disciplina de EMC e suas possibilidades práticas podem ser identificados através dos dizeres de M.F. Pedrosa. Ao lembrar uma conversa que teve com o então professor Soutto, quando tentou, junto com um grupo de amigos, abrir um CCE (dentre as realizações escolares realizadas por ele estavam a organização de desfiles, hasteamento da bandeira, entre outras atividades «cívicas») no GP, contamos M. F. Pedrosa (2015):

A gente tinha uma audiência e fomos atendidos depois de muita luta, nós fomos atendidos pelo diretor da escola, no caso, Doutor Soutto. Doutor Soutto chegou pra mim e pra Carlésio, pra Epaminondas, pra Emerson, pra Cláudio e pra Roberta, pra vários educandos que participavam na época do Centro Cívico, ele chegou, é, Geraldo que é professor da Universidade do Paraná, que é filho do professor Geraldo que é músico, aí o Doutor Soutto chegou e disse assim: eu vou permitir organizar o Centro Cívico, agora eu quero o nome de vocês, do pai e da mãe, da família de vocês. E eu quero saber uma coisa aqui, tem algum comunista aqui? Tem alguém aqui que tem na família comunista? Não adianta mentir pra mim, porque eu sou amigo do pessoal do SNI<sup>11</sup> e tenho o pessoal do DOPS<sup>12</sup> que acompanha a escola e esse pessoal vai averiguar vocês e o que eles não investigarem, eu pessoalmente vou investigar a vida de vocês, se tiver um avô, se tiver um pai, se tiver um irmão, se tiver alguém aí envolvido com os comunistas, eu não só proíbo de organizar o Centro Cívico não, eu vou é querer que prenda porque tá solto e os comunistas têm que tá tudo fora da escola.

---

<sup>11</sup> Serviço Nacional de Informações, órgão do governo responsável pela vigilância da sociedade sobre possíveis «subversões».

<sup>12</sup> Departamento da Ordem Política e Social, órgão de controle do governo federal.

Isso eram palavras que foram ditas no gabinete do Doutor Soutto, se vivo ele estivesse eu gostaria que ele confirmasse estas palavras que estou dizendo, porque eu não gostaria jamais de afirmar algo que fosse mentira. Pessoalmente, Doutor Soutto era uma figura, ele era uma figura, ele me intuía muito medo, aos professores, intuía aos educandos e esse medo era tido como respeito, mas acho que ele como diretor, ele queria o bem para o Ginásio Pernambucano, era a visão dele. Mas nós como educandos, nós passamos por essa saia justa, onde ele mostrou o zelo cívico, o zelo de educador, através de uma identidade que tinha com o regime militar brasileiro, acho que era um homem de confiança do governador e o Ginásio Pernambucano embora subordinado à Secretária de Educação, mas ao meu ver era algo muito ligado ao palácio, pois se chegasse algum ministro ou o Presidente da República, nós éramos retirados de sala de aula, fazíamos passeata, ficávamos em fileira, colocavam chapéu verde e amarelo, saímos com as bandeiras. Pra complementar, houve Geisel, por exemplo, a presença de Geisel e etc.

De acordo com tais colocações, o Doutor Soutto, como dito anteriormente, era o representante máximo do regime militar dentro dos muros do GP, um gestor teoricamente incontestado e respeitado. Através do seu posicionamento favorável ao governo da época acabou por se tornar o principal responsável pelo controle da disciplina de Educação Moral e Cívica naquela escola, pois buscou estabelecer os procedimentos educativos idealizados e tidos como viáveis aos governantes.

Lendo o discurso de M. F. Pedrosa sobre o diretor do GP na época, sob a perspectiva de Foucault, podemos inferir que o mesmo se utilizou do mecanismo da disciplina e de forma mais específica do procedimento do exame, para exercer o poder junto aos professores, demais funcionários e alunos da escola, à medida que individualizou os sujeitos através de uma vigilância contínua (Foucault, 2005a).

Para o contexto histórico abordado, entende-se que o poder do diretor da escola ao permitir o funcionamento do centro cívico tinha por preceitos os mesmos ditados pela CNMC e pela lei que instituiu a EMC.

No entanto, ao levarmos em consideração o currículo cotidiano/real<sup>13</sup>, tentamos identificar se o controle exercido por tal diretor influenciou diretamente o trato dado pelos professores aos conteúdos de Educação Moral e Cívica no processo de ensino aprendizagem, chegando a superar qualquer iniciativa de resistência. Com isso, buscamos esclarecer se os docentes da disciplina em questão trabalharam ou não para formarem pessoas com baixo potencial crítico, mediante o regime político da época, a partir da mera exposição e reprodução de conteúdos.

Ao analisarmos o discurso referente à entrevista realizada com o ex-professor L.M.D. Varejão, percebemos que o mesmo foi regido por formações discursivas diversas, que se interligavam a partir de dizeres pautados pelas suas variadas experiências pela condição de professor, advogado e homem público que é hoje. Porém, identificamos que suas colocações, a partir da condição de docente naquele

---

<sup>13</sup> Currículos elaborados cotidianamente dentro das escolas, através dos variados sentidos apresentados pelos professores perante os currículos pré-estabelecidos. Assim, através de suas vivências, experiências e enquadramentos dentro de um determinado contexto ou exigências institucionais, podem-se dar origem a novos currículos.

período, enquadram-se dentro de um perfil até certo ponto conservador, sobretudo, ao tratar de procedimentos trabalhados em EMC junto aos seus alunos. «Em um texto não encontramos apenas uma formação discursiva, pois ele pode ser atravessado por várias formações discursivas que nele se organizam em função de uma dominante» (Orlandi, 2001, p. 70). Desse modo, não fazendo referência a favor ou contra o regime militar, a atuação de L. M. D. Varejão (2015) junto à disciplina foi enunciada da seguinte forma:

Eu me lembro que se fazia uma sequência de capítulos do livro, tal como ele se apresentava, que eram conteúdos já pré-organizados da disciplina, ela seguia aquela programação, não havia nada em especial. Então, se você tem dentro de uma sala de aula, um livro que tem um questionário, vamos dizer com 5, 6, 8, 10 perguntas, é muito interessante você pôr o aluno a pesquisar no próprio livro, responder aquilo.

Mediante a formação discursiva acima, percebemos que o manejo com a disciplina de Educação Moral e Cívica ficou limitado à reprodução dos conteúdos pré-determinados e impostos por livros didáticos, que estabeleciam o que seria trabalhado e como deveria ser abordado. Leva-nos a observar a presença do poder federal em sala de aula a partir do uso do livro didático, autorizado pela CNMC. Os discursos oficiais de valores, moral e civismo encontram-se nessa fala reproduzidos e, de certa forma, legitimados pelo sujeito de poder em sala, o professor. Ainda sobre isso, enuncia o ex-professor L. M. D. Varejão (2015):

Era muito difícil você manter discussão com garotos muito novos, hoje com a internet, qualquer garoto de 14 anos fala até dos sexos dos anjos, não é? Mas, naquela época, não havia tanta informação como hoje, então o conteúdo, muitas vezes, a discussão se baseava no próprio questionário que o livro apresenta, é, numa pergunta esporádica de algum aluno. Na realidade essa disciplina era dada pra jovens da época que era curso de ginásio eu tenho impressão, ou era ginásio, ou era científico, bom, então, eram noções elementares, mais simples, do que é um povo, uma nação, o que é o símbolo como a bandeira, o Hino, noções elementares, básicas, pra o sujeito ter uma noção que já ouviu falar daquilo, não havia nenhum conteúdo próprio, uma programática dirigida; seguíamos o que tinha no livro, aquela programação do livro.

Ele não identificava o conteúdo dos livros didáticos de EMC, utilizados em aula por ele, como algo que necessitasse de reflexão. Seria, portanto, uma mera transmissão de informações acerca dos deveres cívicos nacionais. O currículo cotidiano/real de EMC trabalhado no Ginásio pernambucano através do ex-professor L. M. D. Varejão era pautado por uma reprodução contínua de conteúdos expostos em livros específicos, que eram repassados aos alunos conforme uma abordagem expositiva, com o intuito apenas de apresentar e trabalhar os conceitos de forma bem sucinta, apenas para dar noções e não estimular o aprofundamento dos determinados saberes. O ex-professor traz como justificativa o fato de os alunos

com os quais trabalhava serem muito novos, o que para o mesmo restringia uma discussão mais ampla dos conteúdos.

Sobre a atuação dos demais professores da disciplina em questão no Ginásio Pernambucano, M. F. Pedrosa (2015) afirma que a reprodução expositiva de procedimentos referendados pelos livros didáticos de EMC conduzia os trabalhos de tais profissionais: «Havia livro específico. Exposição é, exposição verbal e trabalhos que eram feitos, nós tínhamos que pesquisar em casa. Havia uma enciclopédia de Educação Moral e Cívica<sup>14</sup>, uma amarelinha». Portanto, os(as) professores(as) do Ginásio Pernambucano que trabalharam desta maneira, ampliaram as possibilidades de serem enquadrados dentro de um perfil pretendido pelos militares. Perfil, que buscava uma reprodução contínua de seus discursos de valorização da pátria e de procedimentos comportamentais ditos viáveis à sociedade da época, que deveriam ser repassados pelos professores da disciplina através de aulas guiadas por conteúdos presentes nos livros didáticos fornecidos e fiscalizados pela CNMC, conforme os objetivos instituídos pelo decreto de lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, tinham em vista as seguintes abordagens:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do país;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

Assim, os livros estabeleciam os parâmetros discursivos a serem abordados e de tal maneira, conduziam a prática discursiva das aulas de EMC no Ginásio Pernambucano para a constituição de saberes previamente idealizados. «Não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma» (Foucault, 2005, p. 20). Quanto aos saberes trabalhados no contexto educacional do GP, M. F. Pedrosa (2015) faz as seguintes colocações:

---

<sup>14</sup> As colocações referentes à enciclopédia de Educação Moral e Cívica citadas por M. F. Pedrosa se restringem ao exposto no texto, pelo desconhecimento por parte do personagem de maiores informações a respeito da obra.

O que a disciplina Moral e Cívica tratava era: da família, não é? Do comportamento do indivíduo na sociedade, de que deveríamos ser, é, fazer os trabalhos sobre operário-padrão, que nós deveríamos também buscar ser estudantes-padrão, de que a gente deveria ser uma juventude saudável, é, havia também a recomendação pra evitarmos as drogas, é, de que deveríamos pensar na felicidade, aqui acolá estavam pedindo redação a gente sobre conceitos de amor, de felicidade, amor à pátria, de que deveríamos ser leais à pátria, de que o Brasil é o maior país do mundo, era um país de muito amor, de que deveríamos amar à pátria, a seleção brasileira é um modelo a ser seguido, tri campeã do mundo.

[...] Havia recomendações para que não fôssemos homossexuais, pra que a gente não fosse enveredado pelo caminho das drogas, não é? Os jovens queriam usar muito cabelo grande, então mostrava que isso não era o caminho, queríamos usar boca de sino, que eram umas calças grandes assim, então, rock and roll, isso não deveria ser uma coisa que a gente podia curtir.

Em relação aos conteúdos da disciplina, percebemos que os mesmos eram constituídos por assuntos que idealizavam procedimentos comportamentais, algo bastante presente na cultura da época, assinalados como essenciais para que o sujeito pudesse se enquadrar dentro de uma sociedade liderada por militares em um país caracterizado como uma potência, que deveria sempre ser lembrado e valorizado por seus cidadãos. O controle dos corpos encontra-se aqui bastante evidenciado, inclusive quanto à sexualidade. Há uma relação muito grande entre os valores morais e a religião, no tocante ao uso de drogas e na valorização de uma espécie de «amor incondicional» à pátria, chegando a não poder criticá-la em nenhum aspecto, afirmando ser o Brasil «o maior país do mundo». Algo que se consolidava através dos conteúdos ditos formais, direcionados ao conhecimento da composição social e símbolos brasileiros. A respeito dos conteúdos formais da disciplina, para o ex-professor L. M. D. Varejão (2015): «Eram noções elementares, mais simples, do que é um povo, uma nação, o que é o símbolo como a bandeira, o hino». Entendemos que tais saberes eram trabalhados em EMC, no GP, de forma a serem estabelecidos como verdades que deviam ser seguidas. Havia o suporte institucional do controle disciplinar conduzido pelo diretor da instituição, que buscava enquadrar os discursos circulantes na escola e de forma mais específica nas aulas de EMC. Desse modo, as verdades estabelecidas pelo governo naquele momento encontravam sujeitos cujas ações e discursos coadunavam com elas.

Portanto, podemos dizer que no GP, durante o período ditatorial, os professores de Educação Moral e Cívica não trabalharam de forma a estimular os alunos a uma formação reflexiva e questionadora perante as composições sociais das quais faziam parte, ao trabalharem apenas reproduzindo conteúdos pré-estabelecidos e de forma expositiva e impositiva, sem instigar a participação efetiva do aluno no processo de ensino-aprendizagem e assim, diminuindo as possibilidades de resistência em tal instituição.

### **3. A EMC no Sizenando Silveira (SS)**

Neste espaço educacional, o gestor institucional buscava, igualmente ao gestor do GP, fazer com que a escola fosse enquadrada dentro de um nível disciplinar estabelecido pelos governantes do período, mas para isso não se traduziu em um controle mais direto do diretor perante a disciplina de EMC, o que possibilitava mais liberdade aos professores. Para M. J. Barbosa (2015): «Não, não havia fiscalização, pelo diretor da escola não, como eu tou te dizendo, eu não senti nunca, e lá na escola também, entendeu? Alto Nadler, um alemão naturalizado brasileiro, era uma pessoa muito boa, muito respeitada. O colégio passou por épocas maravilhosas, quando eu saí, já havia muita diferença». E, de acordo com E. S. Alcoforado (2015):

Quando eu fui aluno da escola, o diretor era um senhor chamado Alto Nadler, ele era descendente de alemão, então, ele tinha certo disciplinamento, como tudo na época tinha que ter disciplinamento, como por exemplo, você tinha que usar sapato colegial, meia branca, calça percal e bata com o símbolo da escola, então, e esse fardamento não era dado, esse a família tinha que comprar, então, você tinha que ficar naquele padrão. Esse regime, nesse aspecto você tinha disciplina unificada pra todo mundo, independente a que classe social você pertencesse, naquela situação se você tivesse mais recurso ou menos recurso, todos os alunos tinham que tá vestidos daquele jeito.

Neste aspecto, segundo os discursos apresentados, o gestor do SS atuava de forma a conduzir a escola para um disciplinamento idealizado. No entanto, em nenhum momento ele é apresentado por nossos(as) entrevistados(as) como o responsável por exercer o poder e impor algo em relação à disciplina de Educação Moral e Cívica de forma mais direta e fiscalizadora. «É preciso que a forma de exercício de um poder, que deve ser visível, solene, simbólica, remete apenas ao poder que se exerce realmente e não a um outro poder que não é realmente exercido» (Foucault, 2005a, p. 39). No caso em questão, a ação do diretor não parecia remeter, pelo menos de modo tão controlador, ao poder exercido pelos militares. É a essa conclusão que as falas nos remetem.

Já em relação ao controle externo e de forma mais direcionada à fiscalização estabelecida pela COMOCI há um certo desconhecimento acerca das funções por ela exercidas. M. J. Barbosa (2015), no entanto, ressalta que recebia um planejamento pronto, supondo que fosse enviado por este órgão à escola: «Essa Comissão existia, existia, porém eu não me lembro, assim, é, qual era a função dela não, eu acho que existia a Comissão, mas, talvez eles determinassem até os conteúdos que iam pra escola, no começo a gente recebia lá um planejamento, não é? Pra disciplina». Ao que não discorda a fala do ex-aluno E. S. Alcoforado (2015): «É, não, isso aí eu desconheço a formação dessa Comissão». Todavia, ao adentrarmos discursivamente na forma como a disciplina fora trabalhada, vamos identificando formações discursivas que se filiam a uma maior liberdade de ação. Isso é observado especialmente no trato com a metodologia de ensino que sinaliza para procedimentos e abordagens mais democráticas e diversificadas. Ao que privilegiava a possibilidade de fazer com que a professora pudesse trabalhar

conforme sua visão, de maneira mais crítica. Assim considera E. S. Alcoforado (2015):

É, enquanto aluno, na disciplina de Educação Moral e Cívica, na minha turma mesmo, ela foi tranquila, não teve muito atropelo, justamente por conta da característica da professora. [...] era uma disciplina como uma outra qualquer, a professora dava um enfoque, não é? Que ela achava, que é assim, a questão da disciplina depende muito do professor, mesmo que tenha um conteúdo programado, um planejamento pré-definido pela secretaria, pela escola, mas o enfoque quem dá é o professor, então esse, o professor, é quem faz a diferença dentro da sala de aula, ele pode ser mais libertário ou menos libertário, ele pode ser mais democrático ou menos democrático, a disciplina de Educação Moral e Cívica, é, como eu já disse, depende do enfoque do professor, o professor poderia ser conservador e aí ele só iria, é, realizar mais com força a valorização dos símbolos nacionais, por exemplo, do respeito a esses símbolos, não é? De como deveria se comportar na frente de uma bandeira. Então, tinha professores que não, tinha professores que, por exemplo, no meu caso a professora mesmo não tinha esse enfoque não, ela era, colocava esses pontos, colocava mais o que era a valorização do cidadão, a questão do cidadão ser ético, ser crítico, ter moral, então, era mais pertinente ao ser e não às normas militares.

Com isto, podemos dizer que o currículo cotidiano/real trabalhado por essa ex-professora deslocava-se em certa medida daquilo pretendido pelos militares. Primeiro, por ampliar os conteúdos trabalhados em sala de aula ao focar na formação do cidadão; segundo, por desenvolver um relacionamento amigável com os(as)aluno(as) de forma a permitir que pudessem ser, até certo ponto, críticos em relação àquele contexto. O discurso de M. J. Barbosa (2015) demonstra uma íntima relação entre a valorização dos símbolos nacionais e a ditadura, enquanto o sentido de ética, crítica e moral é visto por ele como algo que não se aproxima do discurso de um governo militar.

Amei muito a profissão como eu lhe disse, gostei muito dos meus alunos e até posso dizer que meus alunos também gostaram muito de mim, entendeu? Acho que talvez o trato, a maneira de conduzir a disciplina, isso é muito importante também, não é? Eu sempre falei muito baixo, eu sempre fui muito calma, eu digo que eu entrei no Sizenando, teve gente que disse que eu entrei no Sizenando sorrindo e saí sorrindo, entendeu? Porque eu não tive nada assim, o menor atrito, acho que nem com aluno, nem com ninguém, se eu não fiz o melhor é porque eu não pude fazer o melhor, acho que no meu caso, eu procurava fazer o melhor pro meu aluno. [...] o professor é um mediador, um amigo, não é? Uma pessoa que tá ajudando o aluno a aprender, não é? Mudar de vida, não é? Certo.

Sua percepção sobre a função do professor é de muito respeito ao aluno, embora considerasse o primeiro na posição de maior poder, pois que está “ajudando” o aluno a aprender. Por esse motivo, ao tratar dos conteúdos abordados em EMC,

segundo os discursos, não se fugiu daquilo pretendido para a disciplina e estipulado pela CNMC. Assim a EMC era conduzida pela ex-professora com o objetivo de influenciar, através de determinados conceitos, a forma de pensar e agir do alunado naquele contexto. Afirma M. J. Barbosa (2015): «Moral e Cívica tinha tudo isso, essa questão da valorização da bandeira, do hino, dos brasões, de todas essas coisas assim, justamente com esse objetivo, não é? De civismo, não é? O civismo». Sua fala encontra eco na de E. S. Alcoforado (2015): «É, algumas coisas a gente se lembra, não é? A questão do civismo, a questão do cidadão que tinha que ter o civismo, que tinha que recitar os símbolos nacionais, tinha, falava-se da questão da ética, falava-se da questão da construção do cidadão, que o cidadão tem que ter caráter, ter moral». Aqui, nem a ex-professora, nem o ex-aluno abordam os temas como sendo algo de imposição militar, mas de caráter «cívico». Neste aspecto, os livros didáticos de EMC, que para os militares deveriam ser repassados como verdades a serem seguidas com o intuito de difundir a sua ideologia, eram utilizados no SS igualmente ao que ocorria no GP. Todavia, reiteramos que os discursos sinalizam que a forma como a ex-professora nesta escola metodologicamente trabalhava a disciplina diferia da metodologia do ex-professor da outra escola. «A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder diferenciados» (Foucault, 2005a, p. 10). No caso das duas escolas, podemos identificar diferenças significativas na produção desses efeitos de poder.

Assim, no caso do discurso da ex-professora M. J. Barbosa verifica-se que ela ampliava as possibilidades de poder dos discentes ao promover debates, algo pouco viável e até mesmo, contraditório ao período ditatorial no qual se encontrava o país. Apesar disso, o texto base para a discussão era o livro, aprovado pela CNMC e adotado na escola, consoante nos conta E. S. Alcoforado (2015): «Tem a questão da leitura do livro, a professora fazia como debate». No trato ideológico, pode-se colocar que o pensamento da ex-professora M. J. Barbosa foi o de promover os sentimentos de liberdade e igualdade junto aos seus alunos, ao relatar o trabalho que desenvolveu com a EMC durante a ditadura militar. «O sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio histórico em que as palavras são produzidas» (Orlandi, 2001, p. 42).

Contudo, identificamos que, mesmo apresentando tais ideais, a ex-professora M. J. Barbosa (2015) quando atuou com essa disciplina junto aos alunos manteve seus limites, principalmente na reprodução de um discurso vinculado aos livros didáticos com os quais trabalhava e que ajudavam a difundir alguns dos parâmetros educativos pretendidos para o período. É possível perceber nas observações realizadas por ela mesma na entrevista:

Olhe, eles não opinavam muito nisso não, tá entendendo? Porque os alunos eram alunos assim, na faixa de idade de 15 a 17 anos que era o período que estavam terminando o ensino médio, começando o ensino médio com 15 anos, terminando com 17, não é?

É, não se colocavam, é, o aluno de hoje em dia é um aluno mais participativo eu acho, até porque mudou muito, mudou muito, não é? As coisas mudaram muito, é, sei lá o que eu quero dizer, o aluno, o jovem de hoje é menos tímido,

ele fala mais, ele questiona mais. Mas que eu me lembre, não tive assim, problema nenhum não, com aluno não, eles aceitavam bem a disciplina.

[...] Perguntava, algum sempre pergunta, não é? Sempre, não sei assim, se tinha um interesse especial, não posso dizer se tinha um interesse especial. Mas alguma coisa eles perguntavam.

Assim, embora pudessem os(as) aluno(as) participar das aulas de EMC no SS, de forma a levantar questionamentos, não eram eles instigados pela então professora a inquirir criticamente sobre o processo político ditatorial pelo qual o Brasil passava. Por tudo isto, destacamos que nesta escola, durante a fase pesquisada, a disciplina em questão, manteve-se dentro do perfil instituído para a EMC, quando não estimulava o desenvolvimento crítico dos seus alunos.

#### 4. Considerações finais

Através dos documentos criados e das falas de pessoas que fizeram parte do contexto analisado e que o representaram a partir de suas concepções atuais, porém construídas ao longo de suas formações enquanto sujeitos, podemos dizer que a disciplina de EMC durante a ditadura militar, mediante o objetivo de compor o sistema ditatorial, possa ter contribuído para a sua legitimação ao difundi-la e caracterizá-la dentro das salas de aula como algo necessário ao desenvolvimento da nação brasileira. Entretanto, em sua ação cotidiana, a disciplina em questão foi trabalhada e ressignificada a partir do contexto específico de cada escola, apresentando nuances nesse processo.

Assim, na busca por identificarmos, através dos discursos de nossos(as) entrevistados(as), atividades/ações de resistência realizadas contra o governo militar e mais especificamente as recomendações instituídas pela CNMC perante os moldes de atuação e os objetivos vinculados à Educação Moral e Cívica, nas escolas Ginásio Pernambucano e Sizenando Silveira, percebemos que ambas as instituições atuaram de forma diferente em relação ao período ditatorial, de modo a apresentarem condições de trabalho distintas em relação à ação do professor da disciplina em questão e por consequência perante a formação de seus alunos.

As narrativas desenvolvidas pelos(as) entrevistados(as) demonstram as diversas formas e visões de um mesmo período a partir de suas próprias vivências e experiências. É por meio dessas compreensões que se deve observar os sujeitos históricos e a construção de suas narrativas (Fiorin *apud* Rocha, 2015, p. 110). Não é possível dissociar, nesse caso, os(as) entrevistados(as) daquilo que foi vivido individualmente, além de sua particular visão de mundo, ao contar sobre uma dada fase de sua vida.

Portanto, no GP, podemos dizer que houve maior aproximação discursiva às verdades pretendidas e idealizadas pelos militares. Estas «verdades» deveriam ser repassadas aos(às) aluno(as), especialmente através da EMC e de seus conteúdos, presentes nos livros didáticos aceitos e recomendados pela CNMC. No estudo em questão, observa-se uma concordância com os ditames da instituição, pois que nas falas são abordados livros considerados oficialmente aceitos.

A partir das falas recortadas deduz-se que tal diretor pode ter feito uso do disciplinamento, este conduzido pela vigilância contínua junto aos professores e alunos da instituição, de forma a buscar enquadrá-los em um nível de comportamento determinado, utilizando a disciplina EMC para esse fim. Até certo ponto, pode-se afirmar que o diretor Soutto pode ter feito uso também da prerrogativa do discurso do medo perante os demais, de forma a fazer diminuir suas possibilidades de resistência, já que represálias poderiam ocorrer, haja vista ter o mesmo um bom relacionamento com o governo da época e com a COMOCI.

Todavia, acreditamos que mesmo diante de planejamentos impostos, o professor podia, de variadas maneiras, seguir caminhos diferentes, pois diante de qualquer relação de poder, existe sempre a oportunidade de resistência. Concordamos com Foucault: «Quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia, quanto maior for a resistência» (2015, p. 227).

Embora não tenha sido perceptível nas falas dos sujeitos uma resistência no sentido de contestar o governo ditatorial brasileiro em sala de aula, entende-se que os mecanismos criados envolvem várias estratégias. Desde o ex-professor afirmar que não houve intervenção do diretor a nenhum professor, à criação de um CCE com um aluno cujos pais eram do MDB. No primeiro, pode-se concordar que os ex-professores de EMC seguiam a «cartilha» do governo, ou apenas aparentavam seguir, para não sofrer represálias por parte do diretor. No caso específico do ex-professor entrevistado, vê-se que ele era um entusiasta do governo e, talvez por esse motivo, aplicasse *ipsis literis* o estabelecido pela CNMC. Ao passo que o ex-aluno viu na sua atuação junto ao CCE uma maneira de exercer sua cidadania e expor junto aos colegas as ideias partilhadas por seus pais em casa.

No Sizenando Silveira percebemos, via discursos, que houve maior liberdade de atuação profissional dos docentes devido ao fato de a direção e a supervisão da escola agirem de forma menos controladora. Isso permitiu, até certo ponto, maior autonomia ideológica por parte dos docentes, incluído aqui os de EMC. Porém, identificamos que também nesta instituição, os(as)ex-professores(as) da disciplina guiavam suas atuações conforme os conteúdos presentes nos livros didáticos, algo que favorecia os objetivos da CNMC.

Assim, devido ao medo e talvez ao cenário exterior de muita repressão, esta liberdade acabou por ser limitada, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento de uma criticidade ampliada em relação à ditadura militar, quando tais profissionais atuavam guiados pelos livros da disciplina. Neste sentido, embora tal escola possa não ter colaborado tão simetricamente com os objetivos dos militares ao permitir maiores possibilidades para a resistência, não se pode afirmar, no entanto, que não ajudou na reprodução dos discursos elaborados pelo poder governamental.

Apesar disso, percebe-se nos discursos de ambas as instituições que o poder controlado pela CNMC abria «brechas» para o exercício de uma certa liberdade. Os(As) ex-professores(as) e ex-alunos entrevistados(as) apresentaram aspectos de ideias difundidas na educação oficial ligados a uma «civildade», não percebida como elementos pertencentes a uma ditadura. Nesse sentido, apesar de não ter

sido explicitado nas falas dos sujeitos, havia espaço para a resistência por meio do diálogo. Embora tenha havido a fiscalização incisiva do diretor do GP, a criação do CCE não aconteceu da maneira como ele esperava, ou seja, com a ausência de alunos que pertencessem a famílias opositoras ao regime.

As escolas GP e SS tiveram a presença do poder instituído por meio da atuação direta de seus representantes, a exemplo do diretor e da COMOCI, ou indireta, por meio da abordagem em sala de aula dos livros didáticos aprovados pela CNMC e adotados nas escolas. Mas não é possível afirmar categoricamente a total falta de resistência por parte dos sujeitos em ambas, pois foram percebidos vácuos que permitiam a atuação de sujeitos cujas ideias diferiam das verdades ditas pelo governo.

## 5. Bibliografia

- Academia Brasileira de Letras (ABL). (2016). *Pe. Fernando Bastos de Ávila (Biografia)*. Disponível na <http://www.academia.org.br/academicos/fernando-bastos-de-avila-pe/biografia>
- Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro (APERJ). (2012). *Catálogo de livros apreendidos 1933-1983*. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: APERJ. Disponível na APERJ: <http://www.aperj.rj.gov.br/instpesq.htm>
- Da Silva Filho, N.G. (2010). O embate entre os movimentos sociais e o estado: a história de Pernambuco durante o Regime Militar (1964-1966). In *X Encontro Nacional de História Oral. Testemunhos: história e política* (s.p.). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível na <http://www.encontro2010.historiaoral.org.br>
- Decreto-Lei nº 869/1969. (1969). *Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências*. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. (69-09-15), 209-211.
- Decreto nº 68.065/1971. (1971). *Regulamenta o Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências*. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. (71-01-15), 362.
- Foucault, M. (2005). *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2005a). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2008). *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- Foucault, M. (2015). *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

- Oliveira, V.J.V., & Barroso Filho, G. (2006). O ensino de Moral e Cívica na Escola Normal São Marcelino Champagnat, durante o período da ditadura militar. In Borba, R., & Botler, A. (Org.), *Caderno de Trabalhos de Conclusão do Curso de Pedagogia: 2004.1 – 2004.2 – 2005.1* (pp. 1-21). Recife: Centro de Educação. Universidade Federal de Pernambuco.
- Orlandi, E.P. (2001). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes.
- Portelli, A. (1997). Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História. Revista do programa de estudos pós-graduados de história*, 15, 13-49. Disponível na <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215/8223>
- Portelli, A. (2010). História Oral e Poder. *Mnemosine*, 6(2), 2-13. Disponível na <http://docs11.minhateca.com.br/194479774,BR,0,0,Comunicação.-História>
- Rocha, H. (2015). A Ditadura Militar (1964-1985) nas narrativas didáticas brasileiras. *Espacio, Tiempo y Educación*, 2(1), 97-120. Disponível na <http://dx.doi.org/10.14516/ete.2015.002.001.006>

*página intencionadamente en blanco / page intentionally blank*